

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/ Agência Brasil



Advogado-Geral da União será sabatinado hoje

Planalto confia em Alcolumbre para aprovar Jorge Messias

Quem conhece bem o Senado arrisca dizer que o encontro sigiloso, semana passada, entre o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e o advogado-geral da União, Jorge Messias, selou a aprovação do nome deste para o Supremo Tribunal Federal.

O Palácio do Planalto, porém, evita comemorações antecipadas. Avalia que Alcolumbre é ainda mais escorregadio que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e tem sempre uma lista quase interminável de exigências para aceitar fechar um acordo.

O governo, porém, confia que a derrota de Messias também não seria boa para Alcolumbre, que compraria uma briga desse tamanho em ano eleitoral.

Esperança

Para um integrante do governo, Alcolumbre apenas repetiu o script de outras vezes ao complicar uma negociação para, depois, obter concessões.

O problema é que, dessa vez, o Planalto não fez o que o presidente do Senado queria, a indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para o STF. Como o caroneado se recompôs com o governo, há a expectativa de que Messias seja ungido pelo manda-chuva do Senado.

Geraldo Magela/Agência Senado



Portinho: mecanismo de defesa de senadores

Corporativos

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), porém, afirma que o fato de Pacheco ter sido colocado para escanteio despertou um sentimento corporativo por parte de colegas, uma espécie de mecanismo de defesa. Isso, até porque o senador por Minas Gerais teve uma atuação importante para o atual governo quando exercia a Presidência do Senado.

“Ele se desgastou politicamente para defender isso tudo isso aí e não foi indicado”, ressalta. Segundo ele, a oposição está unida contra Messias.

Efeito Viviane de Moraes

Outro problema de viés corporativo, frisa Portinho, é a decisão da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de processar o senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Ela afirma que o parlamentar associou seu escritório de advocacia ao PCC. Os filhos dela, sócios da banca, também são autores do processo por danos morais.

Em nome do pai

A decisão do PT de apoiar candidatos indicados por Hugo Motta na Paraíba explica muito a boa vontade do presidente da Câmara com o governo. Entre os agraciados pelo petismo está o pai de Motta, Nabor Wanderley (Republicanos), ex-prefeito de Patos que será candidato ao Senado.

Apoio à família

O outro candidato ao Senado a ser abençoado pelo PT é o ex-governador João Azevêdo (PSB), que renunciou em abril e foi sucedido por Lucas Ribeiro, que tentará se manter no governo, com o apoio petista. Ele é filho da senadora Daniella Ribeiro e sobrinho do deputado Aguinaldo Ribeiro. Todos são do PP.

Na mão

Para apoiar a chapa formada, principalmente, pelas famílias Wanderley/Motta e Ribeiro, o PT deixou na mão o aliado Veneziano Vital do Rêgo (MDB), que tentará a reeleição para o Senado. O empenho de Motta em votar o fim da jornada seis por um indica que o sacrifício petista foi aceito pelo presidente da Câmara.

Centrão na pista

Por falar nisso. A relação do governo com o Centrão tende a entrar em outra crise com a revelação de que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar eventual contrabando em voo ocorrido no ano passado. A bordo estavam Motta, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados Doutor Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

Sem raio-X

Eles, em jatinho do empresário Fernando Oliveira Lima, o Fernandim OIG, estiveram no paraíso fiscal de San Martin, uma ilha do Caribe que tem cerca de 90 quilômetros quadrados, o dobro da carioca Ilha do Governador. O problema é que, na volta ao Brasil, parte da bagagem não passou pelo aparelho de raio-X.

Amigos

Entre os amigos de Fernandim OIG está o ministro Nunes Marques, do STF, que também já pegou carona em avião do empresário, defendido por Nogueira em seu depoimento na CPI das Bets. Ele discutiu com a colega Soraya Thronicke (PSB-MS), que reclamou da dificuldade de encontrar o depoente.



Pedido dos advogados abre espaço para delação

Ex-presidente do BRB abre caminho para delação

Transferência da Papuda faz parte da tratativa

Por Beatriz Matos

O avanço da negociação de delação premiada de Paulo Henrique Costa passou a reorganizar o caso envolvendo o Banco de Brasília (BRB) nos bastidores da capital federal. Preso preventivamente na Papuda, o ex-presidente do banco já sinalizou formalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) a intenção de colaborar com as investigações, e o movimento mais recente da defesa aconteceu nesta terça-feira (28), indicando que essa tratativa entrou em uma fase mais concreta.

Em petição encaminhada ao ministro André Mendonça, relator do caso Master no STF, os advogados afirmam que Paulo Henrique manifestou interesse em cooperar com as autoridades, possivelmente por meio de um acordo de colaboração premiada. O documento também deixa claro que a formalização da proposta depende de condições práticas, que, segundo a defesa, hoje não existem no atual ambiente prisional.

O principal ponto levantado pelos advogados é a dificuldade de avançar nas tratativas dentro da Papuda. A defesa argumenta que o modelo atual impede discussões detalhadas, o manuseio de provas e, principalmente, a garantia de sigilo entre cliente e advogados, levantados pela defesa como sendo elementos considerados essenciais para a construção de uma delação.

A defesa então fez uma exigência: o pedido de transferência para uma sala de Estado-Maior na Superintendência da Polícia Federal (PF).

Esse movimento ocorre em paralelo à pior crise já enfrentada pelo BRB, diretamente ligada às operações com o Banco Master. Auditorias internas apontaram que cerca de R\$ 12 bilhões em carteiras adquiridas pelo banco estariam sem lastro.

A origem do problema se deu por conta de uma tentativa de expansão do BRB por meio da aquisição de ativos do Banco Master, operação anunciada em março de 2025 como estratégica para transformar o banco em uma instituição de alcance nacional. À época, o negócio foi celebrado pelo governo local, que ainda estava sob a gestão de Ibaneis Rocha (MDB), mas já havia sinais de fragilidade na estrutura financeira do Master.

O cenário se agravou com a liquidação do Banco Master pelo Banco Central e a deflagração da Operação Compliance Zero, que revelou um esquema envolvendo carteiras de crédito consideradas inexistentes.

Diante desse cenário, a governadora do Distrito Federal, Celi Leão (PP), decidiu formalizar um pedido de apoio ao governo federal. A solicitação prevê o aval do Tesouro para viabilizar um empréstimo ao BRB.